

NOVÍSSIMA DEPENDÊNCIA, DECOLONIALIDADE E DESCONEXÃO

Angelita Matos Souza
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
angelita@rc.unesp.br

No processo de emergência da novíssima dependência na América do Sul, em que pese as variações de país para país, é o neoliberalismo o elemento comum, as reformas dos anos 1980/1990 impostas em meio à crise da dívida externa e mudanças estimuladas pela chamada terceira revolução industrial. Desde então o movimento de centralização e concentração do capital em âmbito mundial foi intensificado, com o avanço das fusões/aquisições paralelamente à transferência de parte da produção industrial para países asiáticos mediante subcontratações (*outsourcing*), restando aos países da América do Sul a entrega das riquezas existentes ainda em mãos nacionais.

Neste sentido, não seria equivocado apontar a correspondência entre a novíssima dependência e o novo imperialismo conforme definido por David Harvey¹. O autor analisa o fenômeno da perspectiva da intensificação das características do *velho* imperialismo, movimento que reafirmaria expedientes descritos por Karl Marx sobre a fase da acumulação primitiva, para Harvey nunca superada. Entretanto, apesar da dimensão tenebrosa envolvida na etapa da acumulação primitiva, essa teve como contraponto a liberação das amarras feudais, tanto no que diz respeito aos avanços técnicos/materiais como aos mentais, e no pós-guerra o imperialismo proporcionou algum desenvolvimento em países periféricos. Ao passo que na acumulação por despossessão ou via espoliação, como Harvey designa a acumulação capitalista na era do novo imperialismo, a expropriação é aprofundada basicamente sem promover progressos, trazendo mais destruição e miséria.²

Na primeira década deste século, a situação melhorou em países da América do Sul devido à ascensão de governos progressistas em uma conjuntura internacional favorecida pelo *boom* das commodities e crescimento da economia mundial. Interregno interrompido pela crise desde 2008, que, politicamente, abriu espaço para o que alguns autores têm chamado de fase pós-hegemônica do neoliberalismo. Segundo William Davies nem se trataria propriamente de mais um *pós*, e sim de uma etapa desdobrada do neoliberalismo, ou como define Jamie Peck uma nova ofensiva neoliberal intensificadora dos princípios da austeridade. Um movimento praticamente autômato, independente de governos e opinião pública, que dispensa a construção de consensos, transferindo a tomada de decisões sobre políticas econômicas para as mãos de tecnocratas apresentados como blindados de populismos. Situação na qual *sair da linha* implica em punições severas (fuga de capitais, rebaixamento da nota de um país pelas agências de risco,

¹ David Harvey, 2004.

² Harvey, 2004.

campanhas midiáticas contra governos apresentados como populistas etc.) e que, para nós, externa uma etapa redobrada da própria novíssima dependência.³

A partir das considerações acima é que retomaremos a ideia de desconexão de Samir Amin⁴, que recentemente defendeu a atualidade do enfoque da dependência em função do seu potencial para aclarar uma vez mais que os países periféricos-dependentes só podem se desenvolver via desconexão do sistema capitalista hegemônico. Para Amin⁵, o imperialismo teria mudado de patamar com o desenvolvimento de cinco novos monopólios e deslocamento produtivo para espaços periféricos via *outsourcing*, assim, diante do contexto novo, a alternativa para as nações periféricas seria a desvinculação (*delinking*) do sistema capitalista mundial: se em 100% impossível, em 70% já daria bons frutos. Uma necessidade colada à da construção de projetos nacionais populares como caminho para algum tipo de socialismo com traços capitalistas.

Amin sublinha que a desconexão consiste em uma proposta de desenvolvimento autocentrado, visando a expansão das capacidades econômicas internas aos países/regiões periféricos, sem ser um modelo autárquico. Inspirados pela perspectiva, o objetivo neste texto é indagar se a proposta não seria a alternativa para a América do Sul, enfocando o Brasil e a aproximação com a China como caminho para a desconexão com o sistema capitalista hegemônico. No momento, talvez a única possibilidade para contornar os limites da novíssima dependência, por sua vez o maior obstáculo, entre várias razões de ordem externa e interna, em função do sistema de valores (colonialistas) sobre o qual se apoia.

Em síntese, o texto trará uma reflexão sobre a problemática resumida, a partir de pesquisa bibliográfica, ilustrada com dados sobre o Brasil.

Novíssima dependência (ou dependência 3.0)

Falar de dependência e desconexão é correr o risco de negligenciar as dinâmicas internas aos países periféricos ou os limites externos aos quais estão sujeitos. Vale lembrar que a prioridade para os fatores internos ou para os externos é um dos elementos que diferencia as vertentes estruturalista e marxista da *escola* da dependência⁶. A primeira, notadamente representada pela obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, destaca a dimensão endógena; já na Teoria Marxista da Dependência (TMD) sobressai a dimensão exógena, nas obras de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra e, pela proximidade teórica, do próprio Samir Amin⁷. É certo que a diferença central diz respeito à possibilidade de desenvolvimento com dependência indicada por Cardoso e Faletto, e impossibilidade, na TMD,

³ William Davies, 2016; Jamie Peck, 2012.

⁴ Samir Amin, 1988.

⁵ Amin, 2017, in Kufakurinani *et al.*, 2017.

⁶ Estruturalista no sentido de continuidades com o enfoque cepalino, não como ênfase ao peso estrutural do sistema capitalista mundial (do imperialismo) na determinação dos rumos do desenvolvimento ou ausência de desenvolvimento na periferia do sistema.

⁷ Tomamos por *teoria* da dependência as duas vertentes, o que não é consensual, por exemplo, em entrevista recente, Samir Amin aponta três correntes de pensamento crítico em torno da problemática da dependência: a do materialismo histórico entendido do ponto de vista global (destaque para Paul Baran e Paul M. Sweezy e a ele próprio), a teoria do sistema mundo (Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi) e a teoria marxista da dependência (Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank). Em que pese diferenças, o central seria que as três concebem o capitalismo como um sistema global, polarizador e assimétrico, que não permite que o nível de desenvolvimento dos países centrais seja alcançado pelos demais. Amin, 2017, in Kufakurinani *et al.*, 2017.

de escapar do subdesenvolvimento (mesmo com industrialização) prescindindo da via revolucionária-socialista, além da preocupação em definir o subdesenvolvimento (com destaque para noção de superexploração do trabalho)⁸.

Uma crítica frequente à *escola* consiste em apontar tendência de expoentes em explicar tudo pela variável da dependência, descuidando da articulação entre externo-interno e do papel da vida política local. O que dificultaria explicar o *sucesso desenvolvimentista* de países asiáticos e, por isso, a *teoria* teria inclusive *saído de moda*⁹. No entanto, a vertente estruturalista claramente valoriza a articulação entre externo-interno e o papel da vida política local no entendimento das situações concretas de dependência e, no campo da TMD, o mesmo se poderia dizer ao menos de Theotonio dos Santos¹⁰. Ademais, a emergência dos tigres asiáticos, e mesmo da China, abarca experiências derivadas de circunstâncias históricas (geopolíticas) não replicáveis para países da América Latina e África e passíveis de serem explicadas pelas lentes dos fatores externos. Enfim, faltaria à crítica o diálogo entre as duas correntes.

No tocante ao enfoque estruturalista, como salientou Peter Evans¹¹, o maior mérito de Cardoso e Faletto, em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, foi trazer a vida política local para o centro da análise das situações de dependência. O próprio Evans¹² transita pela vertente estruturalista, conferindo ênfase à dimensão política interna. Dessa perspectiva a dependência não poderia ser concebida como “variável externa”, e sim “a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes”¹³. No prefácio à edição norte-americana da obra, Cardoso e Faletto reafirmarão a importância de não reduzir fatores internos à “condição de epifenômeno” dos externos, com o imperialismo concebido como “um princípio ativo metafísico que traça os caminhos da história sobre a pele, sensível, mas passiva, dos países dependentes”¹⁴. Concordamos como os autores, não obstante a etapa da novíssima dependência assemelha-se a uma vingança dos fatores externos.

Do ponto de vista cronológico seria possível falar em três fases nas relações de dependência da América Latina com os países centrais¹⁵. Especificamente no caso brasileiro, até os anos 1930 domina o formato tradicional, com o capital estrangeiro ingressando majoritariamente na forma de empréstimos ao Estado e investimentos na atividade agroexportadora e em alguns serviços públicos. Em seguida, na fase da nova dependência, de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, foi possível melhorar de posição no sistema capitalista mundial via industrialização, com

⁸ A distinção não é rígida, por exemplo, a produção de Theotônio dos Santos e de Samir Amin, estaria mais na intersecção entre os dois campos. Ver Dos Santos (1970) e Amin (1976; 1988; 2010).

⁹ Essa crítica aparece em alguns dos autores entrevistados na coletânea organizada por Ushehwedu Kufakurinani *et al*, 2017.

¹⁰ Theotônio Dos Santos, 1970.

¹¹ Petr Evans, 2017, in Kufakurinani *et al*, 2017.

¹² Evans, 1993.

¹³ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, 2004, p. 44.

¹⁴ Cardoso e Faletto, 2008, p.11-12. A 1ª edição de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* é de 1969, em espanhol; a edição norte-americana é de 1979; aqui utilizamos a edição brasileira de 2004 e a publicação do prefácio à edição americana em português de 2008.

¹⁵ Tomamos a expressão *novíssima dependência* de José Luís Fiori (1995) e Décio Azevedo Marques de Saes (2007), que a utilizam para caracterizar a situação de dependência decorrente das transformações na economia mundial desde o final dos anos 1970, a periodização segundo três fases também é deles, mas é a que aparece em Santos (1970) e em Cardoso e Faletto (2004) no que diz respeito à fase da nova dependência, no pós-guerra, marcada por investimentos diretos industriais de multinacionais em países periféricos, diferente da preferência atual pelas subcontratações, com empresas nas periferias atuando como fornecedores “independentes” para multinacionais.

investimentos diretos estrangeiros associados aos investimentos locais, estatais e privados. Finalmente a *novíssima dependência*, consolidada com as reformas neoliberais dos anos 1990, restringiria as chances de desenvolvimento com dependência, mesmo sob um prisma *minimalista* no qual isso significaria basicamente evolução das forças produtivas por meio da importação de tecnologia e penetração de empresas estrangeiras nas economias dependentes¹⁶.

No que diz respeito à conformação da *novíssima dependência* identificamos três momentos decisivos: 1) Nos dois últimos governos da ditadura militar (1974-1984)¹⁷ o movimento de *colagem* do endividamento externo à expansão da dívida pública interna marca o ponto de inflexão para a gestação da financeirização da economia brasileira, que passa pela *ciranda financeira* dos anos 1980 e perda de controle do processo inflacionário¹⁸. 2) O segundo momento é o da renegociação da dívida externa e instituição do Plano Real, que derrubou a inflação recorrendo ao regime do câmbio atrelado ao dólar e, por conseguinte, à necessidade de atrair moeda estrangeira a fim de manter o real valorizado (quase equiparado ao dólar), daí as taxas de juros elevadas¹⁹. 3) A edificação do tripé macroeconômico neoliberal no final dos anos 1990, baseado nas metas de superávit fiscal, de inflação e câmbio flutuante, conclui o processo de inserção internacional do país como uma espécie de *paraíso dos juros*.

Mas se a gênese das reformas neoliberais pode ser localizada nos anos 1970, no endividamento externo e subsequente crise da dívida nos anos 1980, a pressão por reformas da parte de instituições internacionais (Banco Mundial, FMI, OMC) e seus porta-vozes locais ganharia força nos anos 1990, não apenas em função do processo de renegociação da dívida externa, e sim porque o discurso em torno da inevitabilidade da globalização fortaleceu-se em vista do movimento de fusões/aquisições em âmbito mundial e deslocamento espacial da produção *favorecendo* países asiáticos. Este último acontecimento é explicado por John Smith²⁰ a partir das vantagens da transferência da produção de baixo valor agregado para países do Sul via subcontratações: corte nos gastos com instalações fabris, força de trabalho e mesmo com investimentos em tecnologias novas, o menor envolvimento direto nos processos produtivos tornando empresas do Sul responsáveis pelos riscos comerciais, salários infames, combate aos sindicatos, demissões, danos ao meio-ambiente.

Para os países da América do Sul ficou mais difícil atrair investimentos produtivos novos do capital imperialista, substituídos pela preferência pela posse imediata dos recursos naturais e setores econômicos lucrativos em geral. No caso brasileiro não seria diferente, porém, comparativamente a vizinhos (como Argentina e Chile), as reformas dos anos 1990 foram menos drásticas²¹ em função da luta política local ligada à herança desenvolvimentista. O Brasil logrou a construção de um sistema produtivo relativamente diversificado e dinâmico (ainda mais em potencial), sem paralelo na região, com uma burguesia interna robusta e porção

¹⁶ Cardoso e Faletto, 2004; 2008.

¹⁷ Ao contrário de boa parte das análises que localizam no final nos anos 1990 a origem da financeirização da economia brasileira, em meio ao processo de renegociação da dívida externa, iniciado no governo Collor e concluído no governo Itamar, nós localizamos ainda na ditadura militar a gestação do novo padrão de acumulação “financeirizado” da economia brasileira, que viria a ser a característica central da fase da *novíssima dependência*. Ver Angelita Matos Souza (2015).

¹⁸ Souza, 2015.

¹⁹ Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Gomes de Almeida, 2002.

²⁰ John Smith, 2016.

²¹ Por certo que em termos de movimentação de valores as privatizações no Brasil estão entre as mais intensas e lucrativas.

significativa de trabalhadores organizados, forças sociais que resistiram a reformas radicais por meio de suas entidades representativas, junto a jornalistas, intelectuais, economistas de oposição, segmentos da burocracia estatal. E por ter alcançado a estrutura industrial e o mercado interno mais relevantes, as multinacionais mantiveram o Brasil como base para suas operações na região²².

Os limites para o desenvolvimento eram inúmeros, com destaque para as dificuldades de domínio do processo de inovação científico-tecnológico, para criação e expansão do setor de bens de capital, para o evoluir de um sistema financeiro que desse suporte ao processo, sem falar na *falta* que faz a existência de uma burguesia nacional capaz de liderar ou interessada em liderar²³ o processo de desenvolvimento de maneira mais autônoma. Barreiras relativamente contornáveis com complementaridades externas, como e em que proporção segundo a história de cada formação social dependente, conforme o movimento mundial de expansão capitalista. No Brasil, o modelo dependente e associado de desenvolvimento conferiria às multinacionais boa parte das decisões sobre investimentos e inovação, um poder enorme de barganha e pressão política sobre governos. E quando as filiais decidem substituir produção por importações (seguindo decisões das matrizes) não há muito o que fazer, como após 2010²⁴.

Neste ponto, gostaríamos de introduzir a posição de Cardoso acerca da teoria da dependência: “Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional”²⁵. Se existe ou não uma teoria da dependência, se é ou não possível elaborá-la, trata-se de um debate que não será abordado aqui, porém adotaremos a ideia da dependência como expressão política na periferia do modo de expansão capitalista mundial, expressão política traduzida em experiências singulares, com elementos constitutivos comuns. No contexto da novíssima dependência, como indicado no início deste texto, o elemento comum é o neoliberalismo inaugurado com as reformas dos anos 1980/1990.

No caso brasileiro, a expressão política mais acabada da novíssima dependência viria a ser o tripé macroeconômico neoliberal instituído no final dos anos 1990: metas de superávit fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante. *Armação*²⁶ acompanhada das taxas de juros atrativas em termos internacionais, praticadas desde fins da ditadura militar, podendo mudar as motivações e justificativas, não a atratividade dos juros. Para nós a dimensão mais limitadora imposta pela fase da novíssima dependência ao Brasil.

Principalmente porque engendrou uma *comunidade* de interesses financeiros que congrega todas as frações do grande capital local e estratos superiores das classes médias, assim como entidades dos trabalhadores como fundos de pensão. E os agrupamentos que compõem a comunidade são *dependentistas* no sentido prescritivo: almejam governos capazes de atrair investimentos estrangeiros e temem, acima de tudo, a fuga de capitais. Além do mais, as intenções de investimento são muito influenciadas pelas dos agentes estrangeiros, se eles

²² Pedro Paulo Zahluth Bastos e Celso Hiratuka, 2017.

²³ Cardoso, 1964, 1971.

²⁴ Pedro Paulo Zahluth Bastos, 2017.

²⁵ Cardoso, 1970, p.32.

²⁶ *Armação* aqui no sentido empregado por Milton Santos, 1977 (p. 42), no interior da qual se dão as ações, no caso a partir das determinações *desde fora*.

boicotam governos, reduzem investimentos e substituem produção por importações, costumam ser seguidos pelos agentes econômicos nacionais. Existiria uma questão de fundo que operaria mais ou menos assim: se aos agentes do capital estrangeiro importam as políticas estatais *sadias* como caução dos investimentos, sobretudo financeiros, para os agentes econômicos domésticos a garantia repousa na própria participação do capital estrangeiro, combinação tendencialmente ao encontro das políticas econômicas prescritas pelo *mainstream*, a não ser que fatores externos deem um fôlego ou a luta de classes imponha mudanças.

Ou seja, a *mentalidade dependentista* é um fenômeno de *colonialidade* que tem base material, tornando improvável a adesão da burguesia doméstica aos projetos nacionais/nacionalistas de desenvolvimento, bem como de boa parte da elite intelectual formada em centros universitários do Norte, mormente EUA²⁷. Não há espaço para abordarmos as relações entre as perspectivas da dependência e da *(de)colonialidade*, mas uma crítica que expoentes da última dirigem aos da dependência é justamente a ter ignorado temáticas *culturais*. Embora certos, como observou Patrick Bond²⁸, a problemática cultural, em especial questões de raça/gênero/patriarcalismo, abarca muitas variáveis contingentes, mutáveis no espaço e tempo e à teoria da dependência importava a dimensão estrutural, mas seja como for não é possível *desconectar* sem travar a batalha dos valores/mentalidades que sustentam a reprodução das relações de dependência.

Fator crucial na garantia do desempenho pelo Estado periférico-dependente do *papel* que lhe cabe no processo de acumulação capitalista mundial: o de assegurar as condições internas para a reprodução das formas de dominação-subordinação imperialistas²⁹. Entendemos inclusive que o Estado brasileiro *fez a sua parte* (não intencionalmente) no processo de geração da chamada globalização, com o endividamento dos anos 1970 e subsequente inserção internacional do Brasil como uma espécie de *paraíso dos juro*s³⁰. Por sua vez, Bastos³¹ descreve como, enredado nas crises dos anos 1990 e desmanchadas as promessas ligadas às reformas neoliberais, o governo Cardoso instituiu em 1998, como contrapartida do empréstimo do FMI (US\$ 41,5 bilhões), o primeiro pilar do tripé: as metas de *superávit* fiscal primário. Os dois outros, câmbio flutuante e metas de inflação, viriam no ano seguinte e novos acordos seriam assinados em 2001 (US\$ 15,7 bilhões) e em 2002 (US\$ 37 bilhões), esse último em meio à campanha para as eleições presidenciais, tendo sido “essencial para disciplinar as propostas de Luís Inácio Lula da Silva, que assinou uma ‘Carta ao Povo Brasileiro’ comprometendo-se a respeitar os termos do acordo e, na prática, preservar o tripé macroeconômico”³².

Embora não fale em novíssima dependência, em textos recentes Bastos tem apontado³³ os *mecanismos de enquadramento* à disposição do capital estrangeiro, úteis à elucidação das práticas imperialistas que asseguram a reprodução das relações de dependência, intensificadas após 2010, do ponto de vista econômico com substituição de produção local por importações, além da perda de mercados dos produtos brasileiros para os chineses no mercado interno e

²⁷ Como escreveu Miguel Angel Centeno, um dilema material e cultural a aprisionar a América Latina. Centeno, 2017; in Kufakurinani *et al*, 2017.

²⁸ Patrick Bond, 2017; in Kufakurinani *et al*, 2017.

²⁹ Defendemos que esse é o fator diferenciador, politicamente crucial, na comparação entre Estados centrais e Estados dependentes-periféricos em Angelita Matos Souza, 2001.

³⁰ Souza, 2015. Vale observar que a relação endividamento-monetarismo e o que ele denomina nova dependência foi analisada por Celso Furtado, 1982.

³¹ Bastos, 2017.

³² Bastos, 2017, p. 6.

³³ Bastos, 2015; 2017.

internacional. Isto porque a crise mundial determinou um esforço exportador maior da parte da economia estadunidense e europeia, do qual foi alvo o mercado sul-americano, igualmente atingido pelas exportações asiáticas fugindo da desaceleração da demanda nos países centrais. Politicamente, como já indicado, a crise internacional vem desde 2008 abrindo espaço para o que alguns autores têm chamado de fase pós-hegemônica do neoliberalismo³⁴, intensificadora dos princípios da austeridade e está em curso no Brasil um movimento de radicalização das reformas neoliberais.

Cumprir registrar que a manutenção do tripé neoliberal pelos governos do PT mais taxas de juros reais médias altas está relacionada ao poder de pressão das forças sociais beneficiadas pelas *finanças*, mas também tem a ver com a utilização do câmbio para baratear o consumo dos capitalistas e o popular, com importação de insumos/equipamentos mais em conta e entrada de produtos asiáticos baratos. Assim, mesmo com o *boom* das commodities e acúmulo de reservas cambiais, as taxas de juros seguiram atrativas para manter o câmbio valorizado e a inflação dentro da meta. Acúmulo de reservas internacionais em parte aplicado em títulos da dívida do tesouro norte-americano³⁵ a juros baixíssimos, enquanto os juros no Brasil foram mantidos atrativos para o capital financeiro internacional, com o câmbio valorado e as metas de superávit fiscal e reservas elevadas para tranquilidade do *mercado*.

O crescimento econômico com controle da inflação e distribuição de renda, a produção e o consumo estimulados pelos aumentos salariais reais (seja em razão dos reajustes, seja por causa da política cambial), a expansão de políticas sociais, do emprego e do crédito garantiram a popularidade do presidente Lula, conferindo ao seu governo governabilidade. Entretanto, a vulnerabilidade e dependência da economia brasileira esteve refletida no debate político sobre desindustrialização, reprimarização da economia, neocolonialismo, certamente influenciando a política de corte industrialista do governo Dilma. A denominada “nova matriz econômica”, como ficou conhecido o conjunto de inovações na política econômica do primeiro governo Dilma, tentaria flexibilizar o tripé por meio da desvalorização do Real e redução dos juros, além de adotar uma série de medidas visando estimular a atividade industrial.

A experiência seria malsucedida tanto devido a equívocos da política econômica³⁶ como em razão da entrada na fase redobrada da novíssima dependência, mas suspeitamos que o último fator pesou mais. E desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff assistimos a mais avanço do neoliberalismo no Brasil, na esperança de atrair investimentos novos com a destruição de direitos e mais privatizações. Contexto que aconselha o retorno à teoria da dependência, cuja atualidade, como afirmou Amin³⁷, reside justamente no seu potencial para aclarar uma vez mais que os países periféricos só podem avançar social, econômica, política e culturalmente por meio da desconexão com o sistema mundo.

³⁴ Davies, 2016; Peck, 2012.

³⁵ Mecanismo de transferência de renda da periferia para os países centrais indicado por Harvey, 2012.

³⁶ Abordamos o assunto reunindo/resumindo interpretações de economistas com os quais concordamos em textos recentes, por exemplo em Souza, 2016.

³⁷ Amin, 2017, in Kufakurinani *et al*, 2017.

Desconexão

A ideia de desconexão (*delinking*) é chave na obra de Samir Amin, apresentada no final dos anos 1980 tem norteado seus escritos desde então. Para compreender seu significado é preciso começar pelas definições de Centro e Periferia, a partir da distinção entre “modelo autocentrado e modelo extravertido”. No modelo autocentrado, adotado pelos países do centro, a prioridade é para a expansão das capacidades econômicas internas, mas não seria um modelo autárquico, fechado para o exterior, os países centrais estabeleceram relações de interdependência entre eles e atuaram conjuntamente na subordinação dos países periféricos. Por isso mesmo a integração dos últimos ao sistema capitalista internacional esteve a reboque das demandas e interesses imperialistas do centro. Em uma situação diferenciada, Amin localiza países do bloco socialista, que trilharam o caminho da desconexão, todavia, adotaram modelos autocentrados largamente autárquicos (sem relações com o mundo capitalista de mercado), alcançando algum êxito a depender da articulação entre fatores internos e externos³⁸.

No esquema proposto por Amin³⁹, afim à TMD, o modelo “autocentrado” seria especialmente marcado pela articulação entre os setores de produção dos meios de produção e da produção de bens de consumo de massas, ao passo que no modelo “extravertido” a articulação principal seria entre o setor exportador e o de bens de consumo de luxo, pois, como implícito na denominação, o modelo seria determinado maiormente *desde fora*, importando meios de produção e contando com mercado interno estreito para bens de consumo de massa (os bens duráveis são em boa medida bens de luxo). Outra diferença diz respeito aos ganhos de produtividade, traduzidos em ganhos salariais no modelo autocentrado, já no extravertido nem sempre ganhos em produtividade têm muita influência na remuneração do trabalho. O autor ressalta ainda a diferença entre a situação periférica e a dependente, uma vez que um país pode ser dependente e não pertencer ao mundo periférico, como exemplos, Amin cita Canadá e Espanha, economias dependentes, porém não incluídas no modelo periférico “extravertido” como seria a brasileira.⁴⁰

Segundo Amin⁴¹ a expansão global do capitalismo foi desde sempre imperialista, desigual e polarizadora, portanto não seria possível aos países periféricos-dependentes escapar dessa condição nos quadros da lógica capitalista. Como entendemos, a desconexão seria um caminho necessário, inclusive para melhorar de posição no interior do sistema internacional, mesmo que o resultado não seja ingressar na lista dos países centrais. Historicamente, esse ingresso estaria relacionado com a existência de uma burguesia nacional hegemônica e de um Estado capitalista nacional, os dois fatores, inseparáveis, operam como pressupostos para o domínio do processo de acumulação em âmbito nacional, por sua vez condição para pertencer ao Centro, formado pelas nações que *chegaram primeiro*. Nestes casos, por mais que o Estado nacional possa atuar nos limites “das coações exteriores” teria capacidade para enfrentar essas coações ou “até mesmo, de participar em sua elaboração”⁴².

Nas “periferias” estão justamente os Estados que não dominam o processo de acumulação localmente, condicionado pelas coações externas, o que não deve ser tomado como equivalente

³⁸ Amin, 1990.

³⁹ Amin, 1990.

⁴⁰ Conforme Amin: “las economías periféricas son dependientes, en el sentido en que los ritmos y las estructuras de su crecimiento están gobernados por los de los centros.” Amin, 1990, p. 29-30.

⁴¹ Amin, 1976; 1988; 1990; 2005; 2010; 2017.

⁴² Amin, 2005, p.83.

a “estagnante” ou a “sociedades pré-capitalistas”, apenas “a existência formal do Estado não é sinônimo de Estado capitalista nacional”, mesmo existindo uma burguesia local relevante que controle o aparelho de Estado⁴³. Isto é, sem domínio do processo de acumulação localmente, seria impossível falar em Estado nacional, ausência que inviabilizaria as tentativas de se alcançar os “centros”⁴⁴.

Na conjuntura internacional do pós-guerra, menos desfavoráveis aos movimentos sociais-democráticos e às reivindicações trabalhistas⁴⁵, Estados periféricos “colocaram em marcha políticas de desenvolvimento de vocação autocentrada (real ou potencial)”, o resultado foi a produção de um mundo diferenciado na periferia e Amin distingue três estratos: no primeiro os países que conseguiram construir sistemas produtivos nacionais “competitivos” (China, Coreia do Sul, Taiwan, Índia, Brasil, México); no segundo os que passaram pela industrialização sem conseguir criar sistemas produtivos nacionais “competitivos” (alguns países árabes, África do Sul, Irã, Turquia, países da América Latina); e no terceiro estrato, os países que sequer passaram pela revolução industrial⁴⁶.

Entretanto, mesmo experiências consideradas bem-sucedidas não conseguiram deixar a lista das nações dependentes e seguiram como “reservas de força de trabalho” a ser empregada em setores de baixa produtividade, além da dependência tecnológica reafirmada e acentuada pelos processos de industrialização do pós-guerra, como no caso brasileiro, conforme indicado antes. A partir da leitura de Amin, diríamos que mesmo a Coreia do Sul, cujo êxito costuma ser apontado nas críticas ao enfoque *dependentista*, não constitui exceção, uma vez que é muito dependente das exportações, mormente para os EUA e China, e a capacidade de inovação não é comparável a das potências mundiais. Recorrendo aos termos do autor, a Coreia do Sul, embora tenha adotado um modelo voltado ao mercado externo, o fez segundo uma perspectiva autocentrada e não seria um país periférico, *somente* dependente, a economia sul-coreana, como evidenciado na crise asiática do final dos anos 1990, é vulnerável às “coações exteriores” e o país não tem peso na sua “elaboração”. Diferente seria a situação da China, que hoje teria potencial para resistir às coações externas advindas da tríade, um caso passível de ser apreendido à luz da noção de desconexão de Amin, que resultou em um capitalismo de estado, potencialmente, em transição para o socialismo⁴⁷.

Em textos recentes, Amin⁴⁸ tem discorrido sobre o desenvolvimento de cinco novos monopólios e acerca do imperialismo coletivo da tríade: Estados Unidos e sua “província canadense”, potências europeias (sobretudo Alemanha e França) e Japão. Lógico que o *coletivo* está eivado de contradições, analisadas pelo autor em suas implicações geopolíticas e cenários futuros, temática que infelizmente não temos como retomar aqui, apenas indicaremos os monopólios.

⁴³ Amin, 2005, p.83. Atualmente existe um debate sobre se os Estados dos países centrais têm ainda domínio sobre o processo de acumulação ou se estariam *reféns* do capital financeiro, reduzidos à condição de comitê executivo dos negócios da burguesia financeira, tal entendimento parece-nos um tanto simplório, tanto que a denominada quarta revolução industrial tem sido liderada pelos Estados dos países centrais.

⁴⁴ De nossa parte falamos em Estado dependente, Souza, 2001.

⁴⁵ O autor tem como foco os países africanos e asiáticos, por isso fala em “período de Bandung”, de 1955-1975, mas também porque se preocupa em *contar a história* a partir do Sul.

⁴⁶ Amin, 2005, p.86-87.

⁴⁷ Amin, 2014.

⁴⁸ Amin, 2004; 2005; 2010.

Conforme Amin, da revolução industrial (começo do século XIX) até o final dos anos 1970, o monopólio da indústria foi definitivo, daí o contraste centros-periferias ser entendido como o entre países industrializados/países não industrializados. Contudo, enquanto países da periferia implementavam políticas de industrialização, propagadas pela ideologia do desenvolvimento como um esforço para “recuperar o atraso”, os países centrais avançavam na conformação e consolidação de novos monopólios: (i) em tecnologias de ponta, articuladas aos gastos estatais, em especial às despesas militares; (ii) na esfera financeira, de forma altamente mundializada; (iii) no controle dos recursos naturais globais; (iv) na área das telecomunicações/indústria cultural, que além de nivelar por baixo a produção cultural mundial, manipula politicamente e corrói a prática democrática; (v) monopólios no âmbito militar, sem precedentes, com destaque para os EUA⁴⁹.

Amin concebe o capitalismo como inerentemente imperialista, sequer adere à tese da etapa superior e fala em monopólio principal da indústria até o final dos anos 1970. Diferentemente, consideramos que o capitalismo se transformou em imperialismo na virada do século XIX para o XX, no sentido de capitalismo monopolista equivalente ao domínio do capital financeiro, uma vez que expansionista o capitalismo sempre foi. Mas interessa-nos resgatar a posição de Amin (generalizada no campo do pensamento crítico) de que a monopolização/imperialismo entrou em outro patamar nas últimas décadas, razão pela qual entendemos ser pertinente retomar a temática da dependência e da desconexão.

Muito resumidamente, Amin defende a desconexão e adoção do modelo de desenvolvimento autocentrado, cujos traços centrais seriam: a) prioridade para a agricultura, visando garantir boas condições para a reprodução da força de trabalho, com a manutenção do controle dos processos de produção agrícola pelos camponeses/produtores rurais; b) uma industrialização voltada aos ganhos de produtividade na atividade agrária e ao atendimento de demandas populares, bem como à meta de redução das importações, sem limitar-se ao atendimento da demanda existente substituindo importações, fundamental seria desenvolver capacidade de inventar segundo as necessidades locais; c) no campo financeiro, o modelo autocentrado requer a criação de fontes de financiamento e, por isso mesmo, grande escala de estatização da propriedade do capital; d) o modelo igualmente exige que se aceite as justaposições das unidades produtivas (indústrias modernas, manufaturas mais atrasadas e produção artesanal), paralelamente ao financiamento da modernização dos setores atrasados com os excedentes produzidos nos setores modernos, respeitando e estimulando a produção artesanal⁵⁰.

Como insiste o autor, não se trata de uma proposta autárquica, e sim de colocar a dinâmica externa para funcionar em prol do desenvolvimento interno, para tanto percorrendo o caminho da desconexão com os ditames do mercado mundial. Como já mencionado, se em 100% algo impossível, a meta de 70% já produziria resultados positivos⁵¹. E chegamos então à ideia de desconexão com o Ocidente via aproximação com a China, alternativa bastante arriscada, pois portadora da mesma lógica *dependentista* de sempre. Não obstante, em vista da situação atual do Brasil, aparenta ser a única alternativa para dar início à desconexão, uma vez que falar em saídas revolucionárias-populares por ora é especular no vazio. Para nós, o país tem condições de negociar com a China investimentos diretos, sobretudo em infraestrutura visando avanços

⁴⁹ Amin, 2005.

⁵⁰ Amin, 1988; 1990. Procuramos resumir as posições do autor de maneira um tanto acrítica, como consideramos que podem ser entendidas.

⁵¹ Amin, 2017, in Kufakurinani *et al*, 2017.

em integração física, inclusive sul-americana. Por certo é necessário um plano para orientar as relações com os chineses segundo o objetivo de alimentar a lógica da desconexão, induzindo o “fator externo” a funcionar segundo algumas prioridades, que, claro, podem e devem ser acrescidas de outras:

1. Como defende Amin, a atividade agrícola deve ter prevalência, visando boas condições alimentares para a população, por isso a produção e o consumo de alimentos orgânicos deve ser incentivada. E uma vez que o *modelo* não é autárquico, existe um mercado internacional para produtos orgânicos a ser explorado, para tanto importa manter em mãos dos produtores o controle dos processos produtivos e da comercialização e distribuição, não apenas por critérios de justiça social e democracia, mas também porque o consumidor (especialmente o europeu) desse tipo de produto valoriza formas coletivas de produção e a origem camponesa (MST, Zapatistas). O MST já é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina e exporta 30% da produção⁵², dá para expandir o mercado internacional.
2. A industrialização, como sublinha Amin, deve se voltar para o atendimento das carências locais, aos ganhos de produtividade na atividade agrária e não pode se limitar a substituir importações, tem que desenvolver/aprofundar a capacidade de inventar. As políticas industriais, ao invés de orientadas para formação de grupos competitivos internacionalmente, devem ser direcionadas para solução de problemas sociais que carecem de respostas urgentes nas áreas de saneamento básico, saúde em geral, moradia, transporte público de qualidade para pessoas e mercadorias, construção de um sistema educacional moderno, gratuito e difusor de valores modernos, uma indústria orientada ao desenvolvimento sustentável, à proteção da floresta amazônica e seus (nossos) povos e das riquezas naturais em geral.
3. No tocante às relações Brasil-China, em texto recente⁵³ chamamos atenção para a modéstia dos investimentos chineses indutores de desenvolvimento industrial e científico-tecnológico e para a relação comercial assimétrica entre os dois países. A natureza dessa relação tem que mudar no sentido da atração dos chineses para os investimentos industriais e em infraestrutura (que já tem aumentado), e acreditamos que o Brasil tem poder de barganha na medida em que se tornou grande fornecedor de produtos primários para a China, na América do Sul é o mercado mais relevante e ainda pode servir de plataforma de produção para exportações na região, reduzindo custos logísticos das exportações diretamente da China. E interessa explorar complementaridades, em uma de suas últimas entrevistas (talvez a última), Antônio Barros de Castro indicava um caminho, para o economista uma China mais comprometida com preocupações ambientais estava surgindo e o Brasil poderia aproveitar estimulando setores nos quais os chineses não estavam:

Seriam setores protegidos pela especificidade dos nossos recursos naturais, por costumes, estrutura industrial e demanda. (...) É aplicar os conhecimentos existentes para desenvolver coisas próprias e originais. A química do etanol permite desenvolver plásticos verdes. A indústria automobilística chinesa deseja vir para cá? Vamos fazer um acordo para em dez anos os plásticos serem todos verdes; nós garantimos a evolução do produto. É usar a China como mercado. [e acrescenta] É possível mudar os tratores para que eles se adaptem às necessidades

⁵² Ver matéria da BBC: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>, acesso em 01/03/2018.

⁵³ Souza, 2017.

do Brasil. Não é pegar o americano e fazer outro um pouco mais sofisticado. É fazer máquinas adaptadas às condições tropicais de solo, clima⁵⁴.

4. Do ponto de vista político-ideológico importa salientar que a *mentalidade dependentista* é um fenômeno de *colonialidade* inscrito na longa duração. Por um lado, tem uma face propriamente *moderna*, relacionada com a estrutura jurídico-política do estado nacional, que replica a dos estados dominantes (igualdade formal, burocratismo), com os mesmos efeitos ideológicos (meritocracia, legalismo, neutralidade estatal); por outro também está diretamente ligada ao sistema de valores legado do passado colonial-escravista. No caso brasileiro, esse legado reforça os efeitos da estrutura jurídico-política em um sentido muito negativo, denunciado por Jessé de Souza⁵⁵, como racismo e ódio aos pobres. Outrossim existe algo bem concreto, a ser estudado nas investigações sobre dependência política (sobre o Estado dependente), que são as práticas imperialistas, não apenas expedientes de punição econômica (fuga de capitais, demissões, rebaixamento da nota do país etc.), e sim os propriamente no campo político-ideológico.

Como é conhecido, países centrais dispensam tempo e recursos na formação de quadros dirigentes das periferias e quando as iniciativas não partem *de fora*, afloram *desde dentro*. A título de ilustração, nas universidades brasileiras a pressão produtivista passa pela internacionalização, rumo ao Norte preferencialmente⁵⁶, lógico que a formação internacional não é necessariamente ruim, porém, na área econômica tem *devolvido* economistas majoritariamente monetaristas. Outro exemplo seria a Operação Lava Jato, hoje abundam nas redes sociais e imprensa alternativa⁵⁷ acusações de que seria uma ação dirigida dos EUA, que teriam treinado agentes judiciais brasileiros, entre eles o protagonista da Operação, o juiz Sérgio Moro, o qual contaria com acesso a informações privilegiadas dos órgãos de espionagem estadunidenses⁵⁸. Por mais especulativas que sejam as acusações, é certo que a Operação tem favorecido a desnacionalização da economia brasileira e que *cursos de formação* nos EUA são comuns, seja no âmbito do Judiciário, seja no da Polícia Federal. Em suma, a adesão a diretrizes dos EUA da parte de agentes do Estado e a hegemonia da ideologia neoliberal nos centros de formação educacional superior, que externam a *colonialidade do saber/poder*, passam pela mão *invisível* do imperialismo, o que pode ter o mesmo peso dos efeitos ideológicos da replicação da estrutura jurídico-política e do passado colonial-escravagista.

O termo (des)colonialidade procura demarcar a diferença tanto dos processos coloniais como dos movimentos descoloniais do pós-guerra⁵⁹ e confere peso ao emaranhamento classe, raça, gênero como fulcrais à organização da economia política, não *mera*

⁵⁴ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1104201109.htm>, acesso em 01/03/2018.

⁵⁵ Souza, 2017.

⁵⁶ Eric Dantas *et al*, 2014 (p.11), ao investigar o perfil dos diretores do Banco Central do Brasil nos governos Cardoso, Lula e Dilma, considerados 39 indivíduos, chegou aos seguintes resultados: 37 homens, 31 com pós-graduação, 20 com doutorado, desses, 16 em Economia, dos quais 13 nos EUA e 2 na Europa, 5 no Brasil.

⁵⁷ Ou nem alternativa, como a matéria publicada no jornal Clarín chileno, disponível em:

<https://www.revistaforum.com.br/clarin-estados-unidos-manejam-lava-jato-para-destruir-o-brasil-e-america-latina/>, acesso em 13/03/2018.

⁵⁸ Ver por exemplo denuncia dos advogados do presidente Lula:

<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/347178/Lula-denuncia-coopera%C3%A7%C3%A3o-ilegal-entre-Moro-e-EUA.htm>, acesso em 17/03/2018.

⁵⁹ Ver Walter Mignolo (2017), que retoma, claro, estudos de Aníbal Quijano.

superestrutura⁶⁰, potencialmente um avanço com relação ao enfoque da dependência, mais engajado, como mencionamos, na elucidação da dimensão estrutural nas relações de dominação-subordinação entre centro e periferia. Todavia, do nosso ponto de vista, a visão da modernidade não deve endossar posições eminentemente negativistas. Implica em dizer que a prevalência, por exemplo, das questões de gênero nos meios universitários atualmente está relacionada à modernidade, cuja *completude* equivaleria à consecução (no socialismo) dos *valores modernos* de igualdade, liberdade, fraternidade, cidadania, educação republicana. Entendimento que encontramos nos textos de Amin, que transita pelas *escolas* da dependência e da (de)colonialidade:

Sí, la modernidad realmente existente producida por el capitalismo imperialista es, culturalmente, desviada, eurocéntrica, masculina y patriarcal, prometeana (...). Sí, los discursos contrahegemónicos que lo demuestran (el feminismo, el ecologismo, el antiimperialismo cultural) constituyen los elementos positivos inevitables de toda alternativa humanista. Pero esta alternativa, lejos de ser la negación de la modernidad, es el desarrollo racional y radical que suprime el eurocentrismo, la dictadura machista y el desprecio de las naciones.⁶¹

Voltando às relações Brasil-China, interessa ressaltar que a aproximação entre os dois países pode enfraquecer a ideologia neoliberal nos centros universitários, devido à necessidade de fomentar estudos sobre o *modelo chinês* e à urgência de se avançar neste sentido, aproveitando para difundir alternativas ao neoliberalismo. E os chineses têm se preparado para *dominar* o Brasil, o Instituto Confúcio vem expandido suas atividades no país e conforme Oliver Stuenkel: “Pequim investe sistematicamente na formação de uma elite de analistas com uma compreensão sofisticada do Brasil - incluindo metas precisas sobre quantos chineses devem aprender português.”⁶² Provavelmente, no que depender deles, por aqui se prosseguirá no terreno do liberalismo, abrindo a economia para empresas chinesas, porém as contradições envolvidas permitem vislumbrar a oportunidade de difusão de modelos alternativos ao neoliberal e o Estado brasileiro, a depender dos próximos governos, tem que se preparar e buscar usar o interesse chinês em favor do desenvolvimento nacional e regional.

5. No que diz respeito aos investimentos em infraestrutura, documento da CEPAL⁶³ aponta para os avanços em planejamento visando a integração física sul-americana promovidos no âmbito do COSIPLAN-UNASUL e para os desafios contemplados no Plano de Cooperação CELAC-China 2015-2019, depositando esperanças nos investimentos diretos chineses para se avançar na construção de infraestruturas. Recentemente a empresa estatal chinesa CRCC (China Railway Construction Corporation) manifestou interesse em construir a Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), da região centro-oeste, onde está concentrada a produção de soja, até o porto de Ilhéus, na Bahia, com previsão para este ano do cumprimento dos processos burocráticos/legais necessários para dar início ao empreendimento. Agora o objetivo mais ambicioso, cogitado desde o governo Dilma, é o da ferrovia que começaria no Rio de Janeiro, atravessaria a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes e terminaria na costa peruana, promovendo a

⁶⁰ Ramón Grosfoguel, in Kufakurinani et al, 2017.

⁶¹ Amin, 2010, p.85.

⁶² Oliver Stuenkel, 2018.

⁶³ CEPAL, 2015.

saída de mercadorias pelo Pacífico⁶⁴, conectando a região ao mercado asiático e promovendo avanços na integração física sul-americana. O problema é que todos os projetos de infraestrutura, mormente nos setores de transporte e energia, são extremamente complicados uma vez que não ocorrem em espaços vazios⁶⁵ e promovem efeitos sociais e ambientais muito negativos.

Por enquanto os empreendedores chineses têm priorizado as aquisições de ativos de empresas existentes⁶⁶, mas são prováveis investimentos em infraestrutura/logística visando a construção de corredores de exportação como originalmente projetado pela IIRSA. O que deve vir acompanhado da mobilização popular contrária, todavia a experiência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, entre outras, mostra como é difícil para forças locais impedirem obras essencialmente negativas para os modos de vida das populações tradicionais/indígenas e destrutivas do ponto de vista ambiental. O diferencial, com relação à Usina de Belo Monte, pode ser a possibilidade de acirramento da disputa entre EUA e China⁶⁷ por influência geopolítica na região, com a atuação de ONGS financiadas pela tríade vindo ao encontro dos movimentos de resistência local, garantindo maior poder de resistência e negociação, em uma movimentação potencialmente positiva para o desenvolvimento do próximo item.

6. Nenhuma das considerações acima tem sentido, do ponto de vista do desenvolvimento nacional, se não vier acompanhada da construção de forças populares capazes de promover mobilização social necessária para implementação de uma reforma tributária visando a democratização social do país por meio da oferta de serviços públicos de melhor qualidade e justiça no campo fiscal, taxando grandes fortunas e instituindo uma tributação progressiva. Mais adiante a missão seria comandar a nacionalização das riquezas nacionais, expandindo a presença do Estado na economia e, sobretudo, estatizando bancos e buscando a construção de uma alternativa socialista com traços capitalistas, alguma espécie de *modelo chinês* adaptado à realidade brasileira, inclusive com a reinvenção do regime democrático, não mais baseado no modelo liberal-representativo.

⁶⁴ Notícias sobre os dois projetos podem ser vistas nos links:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518_ferrovia_transoceanica_construcao_lgb; e
<http://www.defesanet.com.br/brasilchina/noticia/27787/BR-CN---China-quer-construir-ferrovia-no-Brasil/>,
acessos em 03/03/2018. Há investimentos anunciados também no Maranhão:
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/chinesa-investe-em-porto-no-maranhao-e-estuda-ferrovias.shtml>, acesso em 19/03/2018.

⁶⁵ Carlos Walter Porto-Gonçalves e Pedro de Araújo Quental, 2012.

⁶⁶ Souza, 2017.

⁶⁷ Cláudio Puty, 2018 (s/p), chama atenção para como no documento de dezembro de 2017, Estratégia de Segurança Nacional (NSS), publicado a cada quatro anos pelo governo dos EUA: “Em relação ao ‘hemisfério ocidental’, na NSS da gestão Trump, o combate à corrupção na América Latina e à ‘Ameaça Chinesa’ ao livre mercado parecem ter ocupado o lugar da tradicional defesa dos direitos humanos, democracia e meio-ambiente enquanto justificativa ideológica para intervenção nos países de nossa região”. Segundo o autor: “Em sintonia com a documento e dezembro, o discurso do ex-CEO da petroleira Exxon Mobile aumentou em vários decibéis o tom em relação à presença chinesa (e russa) na América Latina, o que levou a protestos imediatos do Ministério de Relações Exteriores Chinês”.

Conclusão

É possível afirmar que a novíssima dependência consiste na face periférica da era neoliberal e, assim como o novo imperialismo foi gerado no interior do velho⁶⁸, a novíssima dependência foi gestada na fase da nova dependência, no interior do modelo dependente e associado. Também tem a ver, claro, com as mudanças recentes no sistema capitalista mundial: mais monopolização da economia capitalista global, financeirização sem precedentes, terceira revolução industrial (a quarta em processo), subcontratações e superexploração do trabalho. Para os brasileiros a face mais perversa da novíssima dependência tem sido a inserção internacional do país como uma espécie de *paraíso dos juros*, em um contexto de acirramento da competição no mundo periférico por investimentos diretos estrangeiros no qual *sair da linha* é muito difícil e, na ânsia por esses investimentos, o país busca atualmente expandir sua porção Bangladesh no tocante à superexploração do trabalho, de resto uma demanda dos capitalistas locais⁶⁹.

Neste contexto é que apostamos na alternativa da desconexão via aproximação com a China, bastante arriscada uma vez que as relações Brasil-China têm estimulado a situação de dependência e vulnerabilidade do país, com produtos chineses ocupando mercados da indústria brasileira, local e internacionalmente; além disso a especialização produtiva da economia avançou por conta da demanda chinesa por commodities⁷⁰. No entanto, a emergência da China e o interesse pelo Brasil, com grandes chances de acirramento da disputa geopolítica na região (China *versus* tríade), abre brechas para o Brasil tentar a desconexão via aproximação com o país asiático.

Em síntese, trata-se de aproveitar o interesse chinês para tentar a desconexão, procurando modernizar a produção agrária no sentido sustentável-democrático-popular, como defendem os expoentes da proposta do Ecosocialismo⁷¹, e procurar construir uma indústria voltada ao atendimento das necessidades do povo brasileiro, aplicando conhecimentos existentes e desenvolvendo novos na criação de produtos voltados para superação de carências sociais locais. Além de aproveitar os conflitos sociais que projetos de infraestrutura farão emergir para fortalecer o campo democrático popular capaz de comandar mais adiante mudanças qualitativas mais radicais que contemplem a nacionalização da economia.

Bibliografia

AMIN, Samir. *La desconexion. Hacia un sistema mundial policéntrico*. Madrid, Iepala. Editorial, 1988.

AMIN, Samir. *O Desenvolvimento Desigual. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

AMIN, Samir. Por una estrategia de desarrollo autocentrado en África. *Africa-América Latina Cuadernos* [Online], n. 1, p. 27-38, 1990. Disponível em:

⁶⁸ Harvey, 2004.

⁶⁹ A alusão a Bangladesh deve-se ao livro de John Smith (2016), no qual o país asiático serve de caso ilustrativo da superexploração do trabalho.

⁷⁰ Souza, 2017.

⁷¹ Ver Michel Löwy, 2014.

http://publicaciones.sodepaz.org/images/uploads/documents/revista001/03_desarrolloautocentradoafrica.pdf [03 de março de 2018].

AMIN, Samir. Geopolítica del imperialismo contemporâneo [Online]. Buenos Aires, 2004. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100613083052/5amin.pdf> [03 de março de 2018].

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. *Tempo*, v. 9, n. 18. Niterói, janeiro-junho, 2005.

AMIN, Samir. *Escritos para la transición* [Online]. La Paz, Bolivia, 2010. Disponível em https://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/samir_amin_final.pdf [03 de março de 2018].

AMIN, Samir. A China é capitalista ou socialista? *Argumentum*, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 283-298, jan./jun. 2014.

BASTOS Pedro Paulo Zahluth. *Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil*, Campinas, IE-UNICAMP, Texto de Discussão, 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Número Especial, p. 1-63, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth.; Celso Hiratuka. A política externa econômica do governo Dilma: comércio, cooperação e dependência. Texto para Discussão, nº360, Instituto de Economia da Unicamp, 2017.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; Júlio Gomes de Almeida. *Depois da queda*. Rio de Janeiro, 2002.

CARDOSO Fernando Henrique; Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO Fernando Henrique; Enzo Faletto. “Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina”, in Bernardo Sorj, Fernando Henrique Cardoso e Mauricio Font (orgs.), *Economia e movimentos sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

CARDOSO Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARDOSO Fernando Henrique, “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência” [Online]. In *2º Seminário latinoamericano para el desarrollo*, FLACSO, Santiago, Chile, 1970. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/app/webroot/files/upload/biblioteca_virtual/teoria_da_dependencia_ou_analises_concretas.pdf [03 de março de 2018].

CARDOSO Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

CEPAL, América Latina y el Caribe y China: Hacia una nueva era de cooperación económica [Online]. Santiago, Chile, mayo de 2015. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38196/1/S1500389_es.pdf [08 de março de 2018].

DANTAS, Eric Gil; Adriano Codato; Renato Perissinotto. Perfil dos diretores do Banco Central do Brasil nos governos Cardoso, Lula e Dilma [Online]. *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, Texto para Discussão, 2014. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.10-2014.pdf> [03 de março de 2018].

DAVIES, William. El nuevo neoliberalismo. *New Left Review* (en español), n. 101, nov-dic, 2016.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, n.28-29, São Paulo, abril de 1993.

FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In José Luís Fiori, *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight, 1995.

FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Editora Loyola, 2004.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

KUFAKURINANI, Ushehwedu; Ingrid Harvold Kvangraven; Frutuoso Santana; Maria Dyveke Styve (editors). *Dialogues on Development. On Dependency* [Online]. Institute for New Economic Thinking, v. I, 2017. Disponível em: <https://www.ineteconomics.org/uploads/downloads/Dependency-Theory-e-Book-Comp.pdf> [03 de março de 2018].

LÖWY, M. *O que é o Ecosocialismo?* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade [Online]. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf> [acesso em 03 de março de 2018].

PECK, Jamie. Entrevista. *Boletim Campineiro de Geografia*, n.2, v. 2, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; Pedro de Araújo Quental. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis*, Revista Latinoamericana, n. 31, 2012.

PUTY, Cláudio Castelo Branco. A estratégia de segurança nacional do EUA e o combate à corrupção na América Latina [Online]. *Revista Fórum*, 06/03/2018. Disponível em:

<https://www.revistaforum.com.br/estrategia-de-seguranca-nacional-do-eua-e-o-combate-corrupcao-na-america-latina/> [acesso em 08 de março de 2018].

SAES, Décio Azevedo Marques. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In Francis Mary Guimarães Nogueira; Maria Lucia Rizotto, *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo, Xamã, 2007.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo [online], 1977. Disponível em: http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-TOTALIDADE-DO-DIABO-como-as-formas-geograficas-difundem_MiltonSantos1977.pdf [acesso em 15 de março de 2018]

SANTOS, Theotonio dos. The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, May, 1970, p. 231-236.

SOUZA, Angelita Matos. Novíssima dependência: Brasil e China neste início de século. 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). PUC Minas, Belo Horizonte – MG, 2017.

SOUZA, Angelita Matos. Arriscando uma compreensão do primeiro governo Dilma. XXI Encontro Nacional de Economia Política. São Bernardo do Campo, UFABC, 2016.

SOUZA, Angelita Matos. Governos Geisel e Dilma: o poder das finanças. *Cuadernos de Economía*, 34(66), 545-567, 2015.

SOUZA, Angelita Matos. *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso*. São Paulo: Leya, 2017.

STUENKEL, Oliver. A China sabe muito sobre o Brasil e o Brasil sabe muito pouco sobre a China [Online]. *Jornal El País*, 19/02/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/opinion/1519073429_518020.html?%3Fid_externo_rsoc=FB_BR_CM [03 de março de 2018].